

Tomada de posição

As recentes greves e manifestações a que temos assistido nos últimos meses, e a que a comunicação social tem dado amplo destaque, têm sido a demonstração do descontentamento generalizado do pessoal docente e não docente. Este descontentamento radica, não apenas nos problemas relacionados com as respetivas carreiras, mas, de uma forma mais ampla, no estado da própria Escola Pública no nosso país. É um problema que os sucessivos governos não têm tido vontade em resolver, que se vem agravando e para o qual continuam a não se vislumbrar medidas sérias que o permitam reverter.

Questões como a não contagem do tempo de serviço, o acesso à carreira, as quotas na avaliação docente, a falta de incentivos aos professores deslocados das suas áreas de residência, as áreas dos quadros de zona pedagógica, a carga burocrática associada ao trabalho docente, as condições degradadas de muitas escolas do país, o número reduzido de assistentes operacionais e as suas condições salariais precárias, o número insuficiente de psicólogos alocados aos Agrupamentos, a ausência de técnicos informáticos nas escolas para manutenção dos equipamentos tecnológicos, são alguns dos vários problemas identificados e que sustentam toda esta indignação por parte dos profissionais da educação.

A própria profissão de professor deixou de ser atrativa e são vários os grupos de recrutamento com carência de professores e muitos milhares os alunos sem aulas por essa razão.

É uma luta reconhecidamente justa, assim a tendo considerado quer o Ex.mo Senhor Presidente da República, quer a Associação de Diretores Escolares, quer variadíssimas Associações de Pais e Encarregados de Educação.

É fundamental, pois, que o Governo, através do Ministério da Educação, dê passos seguros, no sentido de ir ao encontro das reivindicações de todos aqueles que, diariamente, trabalham com o propósito de assegurar e robustecer uma Escola Pública inclusiva e de qualidade!

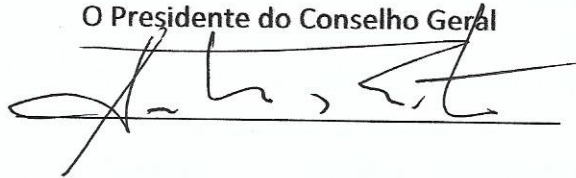
A verdade é que, se nada for feito para inverter esta trajetória, é a própria Escola Pública que estará em causa, deixando de ser o penhor da igualdade de oportunidades e da inclusão, o elevador social por excelência e o garante de um país com cidadãos bem formados e que promovam o desenvolvimento e o bem comum.

Sendo o órgão representativo da comunidade educativa, o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto, e ouvidos todos os membros eleitos, deliberou tomar a seguinte posição:

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto vem manifestar a sua total solidariedade e respeito pelos profissionais do Agrupamento que, através das suas lutas, dão um exemplo cabal de cidadania participada, cumprindo desse modo uma das funções maiores da Escola Pública: a promoção da democracia!

Cabeceiras de Basto, 16 de março de 2023

O Presidente do Conselho Geral

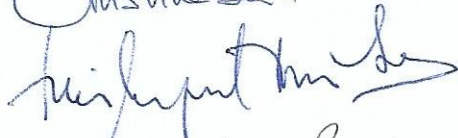


Rosa Moreira
Rosa Moreira

João Manuel da Silva
João Manuel da Silva

Rosa Silva

Christina Leal



Patrícia Helena Pereira Gonçalves

Ana Figueira

